

A expansão do judiciário e do acesso à justiça no Brasil tem se constituído pelas defensorias públicas – que, cada vez mais, se tornam atores centrais no processo de democratização e asseguramento de direitos no Brasil, especialmente pela prestação de assessoria jurídica aos setores mais baixos da população. Neste contexto, estudar as relações entre as instituições judiciais e as instituições políticas torna-se essencial para compreender o processo de judicialização da política. A expansão do acesso à justiça e formação de defensores públicos são parte do processo em que os tribunais aparecem como atores políticos, limitando e regulando o poder das instituições governamentais e funcionando como espaços onde as políticas públicas são feitas. A presente pesquisa, iniciada a 2011, pretende estudar o caso do estado do Rio Grande do Sul quanto ao papel e à efetividade da Defensoria Pública no interior do campo jurídico (Bourdieu, 1998, 2000; Madeira, 2007). A partir deste momento, iniciar-se-á uma inserção em campo utilizando método qualitativo através de entrevistas semiestruturadas com os defensores públicos de Porto Alegre a fim de entenderem-se questões relacionadas à atuação e o funcionamento da Defensoria Pública nos estado em relação às diferentes áreas de prestação jurisdicional. Qual seu papel e efetividade na garantia do acesso à justiça aos setores vulneráveis da população? Qual a avaliação que o público-alvo faz dos serviços prestados? Em relação às carreiras de defensores públicos no Brasil, como se estabelecem as relações entre trajetória social, vida acadêmica e inserção profissional no campo jurídico? Quais as semelhanças e disparidades das carreiras de defensores públicos e outros integrantes do campo jurídico em termos de recrutamento, treinamento, habitus e status? Em relação a aspectos institucionais como senioridade, promoção, aspectos salariais e benefícios, é possível perceber especificidades na carreira? Como se estrutura no campo jurídico a relação dos defensores públicos com os outros integrantes de instituições como o Ministério Público e o Judiciário? É possível estabelecer correlações de força, luta e confrontação entre os atores nas instituições? Existe uma possível relação entre o processo de recrutamento de defensores públicos e a visão que tem do acesso à justiça?